**NOTA TÉCNICA N° 08/2013/SEC**

Levantamento e Tratamento do Estoque Regulatório da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Ref: Processo n° 48610.001089/2013-01

I - Contextualização

Durante o processo de elaboração da Agenda Regulatória ANP 2013 – 2014, a Secretaria Executiva (SEC) realizou o levantamento de todo o Estoque Regulatório da ANP, visando à identificação das normas que necessitam de revisão e que poderiam integrar a Agenda Regulatória.

O levantamento do estoque normativo foi feito com base no sistema de legislação disponível na página da ANP na internet e incluiu, além das normas publicadas pela ANP, aquelas oriundas dos extintos Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

A partir das informações prestadas pelas diversas Unidades Organizacionais (UORGs) da ANP, a SEC pode também identificar normas candidatas à revogação, por não estarem mais coerentes com o atual arcabouço regulatório, subsidiando proposta de tratamento do Estoque Regulatório.

Estas iniciativas seguem as tendências internacionais que defendem a necessidade de constante atualização, consolidação e otimização do Estoque Regulatório de forma a manter a regulação eficiente e moderna.

Experiências europeias, por exemplo, no Reino Unido, França e Portugal, adotaram a estratégia de promover ativamente a simplificação regulatória por meio da edição de leis específicas que determinam as diretrizes a serem seguidas e as metas a serem alcançadas.

Nestes casos, a simplificação regulatória envolve a aplicação de diversas técnicas, como a consolidação ou codificação de normas afetas a um mesmo segmento do mercado, a inserção nos atos normativos de cláusulas de revisão, que determinam o período de vigência e obrigam a revisão destes ao seu fim, além da adoção de linguagem mais acessível nas revisões ou novas regulamentações.

Além disso, são desenvolvidos novos modelos regulatórios que visam à real redução da sobrecarga administrativa sobre os mercados regulados, ao minimizar as exigências impostas aos agentes econômicos e simplificar os procedimentos administrativos envolvidos, inclusive harmonizando-os entre as diferentes autoridades governamentais.

Todas estas iniciativas buscam em última análise a promoção de melhorias no desempenho do mercado regulado, estimulando sua competitividade por meio do corte de custos administrativos excessivos.

No caso brasileiro, apesar de não haver uma diretriz governamental expressa, medidas como a criação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) indicam que a preocupação com a melhoria da qualidade regulatória está presente na agenda governamental.

No caso específico da ANP, com base nos anseios da Diretoria Colegiada, a SEC vem promovendo diversas ações voltadas para a melhoria de sua regulação. Por exemplo, foram realizados com o apoio da SRH diversos treinamentos voltados para a capacitação teórica dos servidores em assuntos como Regulação e Avaliação do Impacto Regulatório (AIR). Além disso, foram desenvolvidos projetos-piloto com a aplicação da AIR no processo de regulamentação, por exemplo, da aditivação mínima obrigatória da gasolina.

Neste mesmo contexto estão inseridos a elaboração, publicação e acompanhamento da Agenda Regulatória da ANP, assim como o tratamento do Estoque Regulatório.

II – Metodologia de Levantamento

 Em outubro de 2012, a SEC iniciou o projeto de elaboração da Agenda Regulatória da ANP a partir da identificação de todas as normas publicadas pela ANP, CNP e DNC desde 1945. Nesta primeira etapa foram utilizadas as informações do Sistema Legislação da ANP, disponível na página da ANP na internet e em nossa intranet.

 Em seguida, todas as normas foram classificadas, com o objetivo de identificar as normas técnicas vigentes e aquelas que já haviam sido revogadas. Além disso, foram identificadas normas de caráter administrativo, normas que somente alteram normas anteriores, outras que só determinam preços de petróleo, gás natural ou derivados (entre outros) para um período, e aquelas cujo objeto contempla uma obrigação circunstancial.

 A partir dessa classificação, a SEC elaborou a relação de normas técnicas vigentes, que foi encaminhada para as UORGs da ANP para que estas apontassem aquelas que guardam relação com as suas atribuições e, entre estas, quais são candidatas à revogação ou revisão e quais devem ser mantidas.

 A SEC consolidou as informações recebidas e identificou as responsabilidades regulatórias de cada UORG, bem como as normas que são afetas a mais de uma UORG. Em função da natureza multidisciplinar de muitos dos regulamentos que compõem o arcabouço regulatório desta Agência, foram detectados casos em que existem indicações divergentes para determinadas normas.

No caso de normas que receberam sinalização para revisão por parte de uma UORG e de manutenção por parte de outra, a SEC considerou adequado incluí-las na relação de normas com indicativo de revisão, vez que ao menos uma UORG identificou a necessidade de alterar algum dos seus dispositivos. Todos os registros foram mantidos, para que se possa, futuramente, orientar o processo de revisão da norma promovendo a participação de todas as UORGs corresponsáveis.

No caso de normas que receberam sinalização para revogação por parte de uma UORG e de manutenção ou revisão por parte de outra, a SEC entrou em contato com as UORGs envolvidas para conciliar os entendimentos.

A partir desta avaliação conjunta, a SEC consolidou a relação de normas com indicativos de revogação, revisão ou manutenção. Neste momento, foram resgatadas as normas acessórias que apenas alteram normas anteriores, e estas foram também categorizadas conforme o indicativo que a norma principal recebeu.

As normas administrativas, de preços, ou que envolvem obrigações circunstanciais não foram analisadas no escopo deste projeto.

III - Tratamento do Estoque Regulatório

Com base nesta relação consolidada de normas, a SEC elaborou sua proposta para tratamento do Estoque Regulatório, buscando maior transparência e participação social nas revisões e elaborações de normativos, além de promover a simplificação regulatória com a eliminação de regulações antigas e sem efetividade.

Com relação às normas com indicativo de manutenção, estas no momento não demandam qualquer tratamento, devendo apenas ser monitoradas até quando sua atualização se torne necessária. No caso das normas com indicativo de revisão, estas foram priorizadas pelas UORGs de modo a subsidiar a elaboração da Agenda Regulatória da ANP 2013 - 2014, instituída por meio da Resolução ANP n° 81/2013.

As demais normas, com indicativo de revogação, foram compiladas e encaminhadas para análise da Procuradoria Geral (PRG) por meio do Memorando n.º 019/2013/SEC, de 18 de fevereiro de 2013. No aludido documento, a SEC formulou questionamentos sobre a possibilidade de elaboração de ato único de revogação, precedido de consulta pública para a manifestação dos interessados, e quanto à sua forma. Em resposta, a PRG manifestou-se, por meio do Parecer n.º 95/2013/PF-ANP/PGF/AGU, datado de 11 de março de 2013, de forma favorável à edição de ato único de revogação, sob a forma de “Resolução”, tendo recomendado, no entanto, que cada proposta de revogação fosse motivada pela(s) UORG(s) responsável(is) pela norma a ser revogada.

A partir das recomendações da PRG, a SEC solicitou que as UORGs encaminhassem as suas justificativas para a revogação, efetuando sua compilação, conforme o disposto no Anexo I.

IV - Conclusão

Face ao exposto, a SEC submete esta proposta de revogação de normas à análise e aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, tendo como objetivo a abertura de Consulta Pública por 30 (trinta) dias visando receber as manifestações da sociedade, do mercado regulado e de outras instituições públicas.

Após a análise das contribuições, e a possível revisão da relação final, a ANP poderá prosseguir com o processo de revogação dessas normas, o que representará um passo significativo na direção da simplificação regulatória.

|  |  |
| --- | --- |
| Nota Técnica elaborada por:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_GUILHERME SHINOHARAAnalista Administrativo |  |
| Revisada por:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_SERGIO ALONSO TRIGOAssessor Técnico |  |

De acordo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

Subsecretário Executivo